

**A PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA
NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE MARÍLIA**

Comunicação livre

João Décio

A extrema dificuldade que os alunos apenas graduados pelas Faculdades de Filosofia, têm encontrado para conseguir aulas nos estabelecimentos de ensino oficial do Estado, obriga-os naturalmente a tentar vencer as barreiras criadas pela concorrência.

Acabam reconhecendo eles que a simples conclusão de um curso não resolve o problema intelectual e muito menos o problema de ordem profissional. Surge a necessidade de realizar cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento, de especialização ou de pós-graduação, que lhes permitam, num sentido pragmático, adquirir mais pontos para vencer a referida concorrência.

Ora, é no respeitante aos cursos de pós-graduação que pretendemos nos pronunciar, agora, nesta continuação de uma série de artigos sobre o ensino da Literatura Portuguesa numa Faculdade de Filosofia da rede oficial, no caso na de Marília.

Um curso de pós-graduação em Literatura Portuguesa exige uma série de requisitos, que naturalmente constituem a rigorosa seleção das capacidades intelectuais e as possibilidades de tempo, tanto no tocante ao professor que vai orientar os cursos de pós-graduação, quanto aos alunos que vão frequentá-los.

Da parte dum professor que pretenda ministrar curso de pós-graduação em Literatura Portuguesa, vários são os requisitos imprescindíveis. Primeiro: que tenha excelente formação no campo da Literatura Portuguesa e da Teoria da Lite-

ratura. Não se compreende que um professor que lecionasse Literatura Portuguesa ou qualquer outra literatura, não domine os conceitos básicos do campo da teoria como os de conto, poesia, romance, novela, épica, lírica, etc.

Outro requisito é que o professor de Literatura Portuguesa que se propõe a ministrar cursos de pós-graduação tenha larga experiência no campo da pesquisa e da docência.

Não se pode compreender que um professor que vá orientar um trabalho de pesquisa, através de aulas ou de entrevistas, não tenha realizado os seus próprios trabalhos, não tenha feito concursos, não tenha ministrado cursos de extensão universitária, sem o que é praticamente impossível a orientação de cursos de pós-graduação, e muito menos teses de mestrado ou de doutoramento.

Há, regra geral, exigência de que o professor que vai ministrar cursos de pós-graduação, tenha, no mínimo o título de doutor, isto é, tenha realizado pelo menos um trabalho de longo fôlego sob orientação de um especialista na sua área de trabalho.

Mas, voltemos à realidade do curso de pós-graduação pensando agora na capacitação dos candidatos a esse tipo de curso. Para um aluno que pretenda fazer curso de pós-graduação, são necessários alguns requisitos dentre os quais saliento os seguintes: devem possuir eles um conhecimento em profundidade da história da Literatura Portuguesa; devem ter um conhecimento razoável dos principais fatos da História de Portugal e de sua cultura. Devem ter conhecimentos de Teoria da Literatura, pois é imprescindível que dominem os conceitos básicos de literatura, ficção, poesia, romance, novela, conto, etc. Ainda, mais, é necessário que tenham cursado especificamente Literatura Portuguesa durante três anos, ou seis semestres. É preciso que além de dominar o panorama da Literatura Portuguesa, eles tenham realizado pelo menos quatro cursos monográficos (pensando-os em cursos de profundidade), que já o obrigaram à pesquisa, ao levantamento e aproveitamento de bibliografia especializada. Ainda mais, é necessário que tenham redigido algumas resenhas senão críticas, informativas, de algumas obras literárias e além disso é necessário que saibam fichar os tópicos de uma obra literária. Portanto, há um longo caminho a percorrer antes que um licenciado por uma Faculdade de Filosofia possa realmente estar em condições intelectuais de ingressar num curso de Pós-Graduação. Além do mais, é preciso que o aluno (bem como o professor) trabalhem em tempo integral, quer dizer, possam dedicar todos

os dias, dois períodos do dia às aulas, entrevistas, orientações de pesquisas e de bibliografia.

Ademais, é necessário, imprescindível mesmo que a Instituição (no caso, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ou o Instituto de Letras) conte com recursos materiais, isto é, bibliotecas, salas de leituras, salas especiais para professores, mas que possam receber seus alunos e possam orientá-los com todos os recursos exigidos pelo ensino da Literatura.

Atendidos todos esses requisitos, ou melhor, pré-requisitos para elaboração de um curso de pós-graduação, pensemos nele em si, dentro do campo que nos interessa especialmente aqui, a Literatura Portuguesa.

Acreditamos que um curso de Pós-Graduação deva ter duas direções: a realização de um trabalho de pesquisa, numa área delimitada, com orientação estreita do professor, através de aulas, entrevistas, sessões de estudo, pesquisas em bibliotecas. Daí resultaria naturalmente a elaboração e a redação de trabalhos de pesquisas de maior ou menor extensão: resenhas informativas e críticas, artigos, ensaios, dissertações ao final do curso, que seria o crédito final e mais importante para a conclusão do trabalho. Atribuídos os créditos ou as notas, seria conferido o título de pós-graduação. No caso do trabalho em Literatura Portuguesa, o aluno deveria satisfazer às exigências de trabalhos preliminares que constituem um processo de adestramento dos alunos ao conteúdo em si do curso de pós-graduação. Assim, é possível que ocorra o caso do aluno que, além dos créditos específicos na cadeira de Literatura Portuguesa, possa precisar de aprofundar estudos paralelos em disciplinas como Teoria da Literatura, História de Portugal ou Cultura Portuguesa, para que possa dar maior fundamentação aos cursos da disciplina específica.

Além dessa direção da Pós-Graduação, que leva à redação de um trabalho de longo fôlego (com contribuição original, com orientação bibliográfica e com métodos e técnicas de pesquisa) o aluno poderá levar mais adiante sua pesquisa, realizando o que chama de Tese de Mestrado, que concluída será defendida diante de uma banca de três ou cinco membros, de que é presidente nato o orientador da tese.

Quanto à carga horária exigível ela varia consoante se considerem trabalhos dentro da Faculdade, ou trabalhos em casa ou em centros de pesquisa. Pensando em termos de que o aluno deva dedicar duas horas por dia à pós-graduação, é possível pensar que nos dois anos (um terceiro levaria à elaboração da tese de mestrado), o aluno será obrigado a 800 horas

de dedicação à pesquisa somente dentro da Faculdade. Outras tantas 400 horas deverão ser exigidas em trabalhos em casa ou nos centros de pesquisa outros, além da Faculdade.

A exigência, assim, para elaboração de cursos de Pós-Graduação, que podem ou não conduzir à tese de mestrado, será gradativa. Quanto à elaboração de tese de mestrado cremos nós, deva ter em média o mínimo de dois anos, o máximo de três anos, e exigirá leitura de cuidada e escolhida bibliografia, a escolha de um tema original e a orientação semanal através de entrevistas. Haverá exigência de que toda semana o pós-graduado apresente a sua atualização, através do fichamento de leituras, em torno do tema proposto para o mestrado.

Acreditamos que um curso de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa possa apresentar os seguintes aspectos positivos: 1.º — permite ao pós-graduado dominar a História da Literatura Portuguesa, bem como compreendê-la no estudo dos textos fundamentais; rever as falhas no campo da Teoria da Literatura, da História de Portugal, bem como a História de sua cultura; 2.º — enfronhar-se nos métodos e técnicas de pesquisa dos problemas literários, junto às bibliotecas e outros centros especializados; 3.º — adquirir conhecimentos que permitam mais facilmente a conquista de bolsa de estudos, e que mais facilmente permitam a realização com sucesso dos cursos de ingresso ao magistério cada vez mais complexos, difíceis e mais concorridos.

Ademais, o pós-graduado que realizou um curso proveitoso e que chegou a redigir e defender uma tese de mestrado, é um candidato em potencial (pelo menos tem qualidades para isso) a uma colocação numa Faculdade de Filosofia oficial.

São vantagens intelectuais e materiais que permitirão àqueles que fizerem curso de pós-graduação, passarem naturalmente na frente dos que deixaram o tempo correr, ficaram na rotina do ensino secundário, enfadonha e esterilizante.

Quanto à realização do trabalho em si, como poderia se operar no campo da Literatura Portuguesa? O professor e o candidato ao curso de pós-graduação fariam uma entrevista preliminar em que poderia se verificar o domínio no campo da Literatura Portuguesa e em disciplinas próximas: Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Cultura Portuguesa e História de Portugal. No tocante à Literatura, conviria verificar e valorizar a leitura dos textos básicos da literatura mundial: as obras de Homero, de Vergílio, a *Divina Comédia* de Dante, *O Paraíso Perdido* de John Milton, *Dom Quixote* de Cervantes, algumas peças de Shakespea-

re, o romance de Proust e os de James Joyce, pelo menos o *Ulisses*. Quer dizer, o professor verificaria a cultura literária num sentido mais amplo, do candidato à Pós-Graduação.

Aceito o candidato, será necessário acertar o trabalho em si. Escolher uma linha de originalidade, num tema ou num autor da Literatura Portuguesa é o primeiro passo. Quais os temas ou autores que poderiam ser abordados? Temas como: "As grandes linhas da poesia portuguesa", "A personagem, o tempo, o foco narrativo na evolução do romance em Portugal", "A poesia de Fernando Pessoa", tema exploradíssimo mas que ainda dá margem a um número grande de artigos, ensaios, teses e outros trabalhos; o romance moderno em Portugal, que ainda não foi estudado como se faz necessário. Por exemplo, a proposição de estudos temáticos e da técnica romanesca em autores como Vergílio Ferreira, Fernando Namora, Augusto Abelaira, Almeida Faria, Maria Isabel Barreno, Faure da Rosa, José Régio, José Rodrigues Miguéis, dentre os romancistas, e Herberto Helder, Eugênio de Andrade, João José Cochofel, Alexandre O'Neill, Reinaldo Ferreira dentre os poetas.

Devemos pensar, por exemplo, que outros momentos da Literatura Portuguesa ainda estão por estudar, como a geração da Presença, a geração neo-realista, em termos de suas tônicas, sua temática, seus autores.

Assim é que a pesquisa em Pós-Graduação deve ser um processo de inovação de temas, autores e momentos de Literatura Portuguesa. Claro que os estudos monográficos devem ser valorizados e destacados. Por exemplo, o estudo do conto de José Rodrigues Miguéis, ou de José Régio; ou da poesia de Herberto Helder.

Por outro lado, autores, que embora sendo de nomeada ficaram esquecidos dada a presença de enormes montanhas literárias, podem e devem ser considerados. Assim é que a obra novelística de Almada Negreiros (da geração do "Orpheu") que está sendo reeditada, ainda não mereceu um estudo de longo fôlego.

A tradicional "Semana da Faculdade", realizada anualmente, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, em 1971 está entregue ao Departamento de Letras que, na oportunidade (de 30 de agosto a 3 de setembro), debaterá o problema da Pós-Graduação nas áreas de Lingüística e Literatura.

No tocante aos dois campos, figuras da maior expressão foram consultadas e a maioria delas aceitou em comparecer a

Marília para discutir o problema que realmente é de grande alcance. Possivelmente participarão professores de Teoria da Literatura, Literatura Portuguesa e Brasileira, no tocante ao aspecto literário, além de outros que debaterão no campo da Lingüística, Língua Portuguesa, Latim e Línguas e Literatura estrangeiras modernas.

A pergunta que se põe inicialmente é como equacionar, ao nível administrativo e didático, a criação de um curso de pós-graduação, no nosso caso particular, de Literatura Portuguesa.

É sabido que a autorização para a criação e funcionamento dos cursos de Pós-Graduação é exclusiva do Conselho Federal de Educação, que impõe uma série de condições, para que o empreendimento se efetive. Assim, como pode a área de Literatura Portuguesa pleitear e conseguir tal autorização?

Em primeiro lugar, são imprescindíveis a experiência e capacidade dos professores que vão ministrar referidos cursos. Em segundo lugar, cumpre assinalar as condições didáticas e materiais da Escola, seja ela uma Faculdade de Filosofia ou um Instituto de Letras.

Pessoal especializado e em número suficiente para ministrar cursos de Pós-Graduação é o que se impõe inicialmente, não só na disciplina específica como nas áreas de domínio conexo. Em segundo lugar, um curso de pós-graduação deve começar com um número pequeno de candidatos, digamos, dez alunos, para que se promova uma experiência durante dois ou três anos.

É preciso lembrar que, comparativamente, dez alunos de Pós-Graduação exigem um esforço igual ao exigido por 120 alunos de graduação, pela concentração e pela presença constante de orientando-orientado no encaminhamento para o Mestrado ou Doutorado.

Pelo exposto até o presente, em geral é mister deslocar os professores mais experimentados e categorizados em termos de títulos, para ministrarem tão-somente cursos de Pós-Graduação, o que implicaria, pelo menos na ocasião da instalação, da duplicação de pessoal. Ora, aqui sim está o nó do problema. Há dificuldade em encontrar pessoal habilitado para ingressar no ensino superior, com vistas a este reforço imprescindível. Claro está, a instalação exige também, obviamente, enorme esforço de verba orçamentária.

Quanto ainda ao problema do pessoal especializado para ministrar curso de Pós-Graduação, é possível, após a realização

da entrevista do professor da disciplina com o candidato, verificar-se a necessidade de um aprimoramento, um aperfeiçoamento em outras áreas. Se for o caso (e o será em muitas oportunidades), professores com disponibilidade nessas outras áreas poderão ser consultados para ministrarem cursos paralelos ou complementares.

Cumpre, neste caso, que o curso de Pós-Graduação não se circunscreva a uma disciplina, mas abranja uma área maior que se convencionou chamar de “domínio conexo”. No caso que estamos apreciando, o de Literatura Portuguesa, no “domínio conexo” entrariam normalmente disciplinas outras como Teoria da Literatura, História de Portugal, História da Cultura Portuguesa, História da Arte e eventualmente Literatura Brasileira. É preciso, portanto, verificar se nestas áreas, os professores dispõem de tempo para cuidar dos seus afazeres específicos e ainda para colaborar nas áreas de domínio conexo. Como se está a ver, o curso de Pós-Graduação deve se desenvolver como um verdadeiro trabalho de equipe e é assim que ele deve se impor com relação à maioria das Universidades e das Faculdades de Filosofia da rede estadual de ensino. E há aqui que resolver o problema das arestas entre os professores, pesquisadores, orientadores de curso de Pós-Graduação, pois eles podem ter dos referidos cursos os mais variados conceitos e interpretações.

A realização do curso de Pós-Graduação, por outro lado, deve consistir no desenvolvimento de certas atividades, impossíveis de serem realizadas no de simples graduação, como por exemplo, na iniciação no campo da pesquisa, no caso na de Literatura Portuguesa.

Quanto às duas direções dos cursos de Pós-Graduação, parece ser unânime a idéia em torno do Mestrado e do Doutorado. Aquele se opera através de cursos, ao final dos quais o candidato se propõe à defesa de uma monografia, uma dissertação, com tema original ou não, enquanto que o Doutorado implica numa problemática bem mais ampla.

Em primeiro lugar, alguns aceitam a idéia de que o Mestrado deva ser obrigatório para todo o candidato ao Doutorado enquanto outros desvinculam completamente um curso de outro. Particularmente, se queremos pensar numa carreira de pesquisa e de docência com caracteres de real seriedade, temos de aceitar a idéia de que antes de realizar o seu Doutorado, o candidato deve realizar a linha do Mestrado. Para nós, este deve ser um requisito para a conquista daquele.

Quanto à essência de ambos, há diferenças fundamentais. Enquanto o Mestrado é um trabalho orientado exclusivamente por um professor, ao final do qual o candidato redige uma breve dissertação que será defendida diante de uma comissão examinadora constituída por três membros em sessão secreta, o Doutorado se resolve numa longa e exaustiva caminhada, por vários anos, na discussão ou solução de um tema original, portanto não perfilhado. A originalidade não predomina no Mestrado. Por outro lado, pela sua própria dimensão e importância, o Doutorado exige uma atenção permanente, do candidato e do orientador, com entrevistas semanais, discussões "tête-à-tête"; neste caso, não só o orientador deve possuir maior envergadura como dispor de mais tempo (um professor, em princípio, somente poderá orientar uma tese de Doutorado, se dispuser, bem como seus auxiliares, de tempo integral), para dedicar-se à orientação dos candidatos ao título de "Doutor".

Se nos trabalhos que conduzem ao Mestrado, podemos pensar em equipe, em seminários de grupos, não assim no Doutorado. Aqui, a orientação há que ser direta, individual, contínua, ininterrupta. Ainda, em outro ponto diferem os dois tipos de cursos de Pós-Graduação. O Doutorado se resolve numa pesquisa em que a originalidade é imprescindível, enquanto que o Mestrado não exige tal. A título de informação, lembre-se o que ficou estatuído como exigência à conquista do grau de Mestre na Universidade de São Paulo: o candidato ao Mestrado pode apresentar uma bibliografia crítica, uma edição anotada de uma obra, um mapeamento de dados ou trabalho equivalente.

De qualquer forma, as atividades que conduzem ao Mestrado ou ao Doutorado devem constituir rigorosamente pesquisas, isto é, não devem reduzir-se elas a meras aulas, seminários, mas na elaboração de trabalhos numa hierarquia: desde as resenhas informativas, resenhas críticas, artigos, ensaios, até se atingir a dissertação de Mestrado e à tese de Doutorado.

Isto no tocante à orientação em si dos trabalhos que levam às escaladas iniciais no campo da pesquisa. Agora, pode-se perguntar: Qual a utilidade do Mestrado ou do Doutorado, para os que o realizam? A que conduzem tais trabalhos? Quais as vantagens no campo puramente intelectual ou na vida prática? Intelectualmente as vantagens são muito grandes, porque a realização dos dois níveis do curso de Pós-Graduação praticamente constitui o início das atividades de pesquisa

e o domínio de suas técnicas. No sentido prático abrem ou podem abrir eventualmente as portas para a carreira universitária no campo da pesquisa ou da docência, num momento em que se expande enormemente o número de Escolas de nível superior, especialmente as Faculdades de Filosofia.

Contudo, para que haja real e completo aproveitamento dos concluintes dos cursos de Mestrado e Doutorado, faz-se mister que as disciplinas das Faculdades de Filosofia se expandam. Tal processo demanda primeiramente a existência de pessoal capacitado a lecionar e orientar pesquisas no curso superior e aqui deverão ser aproveitados os elementos que já concluíram cursos de Mestrado e de Doutorado. Outro requisito é a necessidade da existência de condições materiais de trabalho (bibliotecas, salas especiais, recursos audiovisuais, salas ambiente para seminários e debates e salas para leitura de aparelhos de microfímes), sem o que é impraticável a efetivação de trabalhos sérios como são os que conduzem ao Mestrado e ao Doutorado.

Quanto à relação orientador-orientando, é mister que haja um contacto permanente, através de entrevistas, em que se vai discutir o conteúdo da dissertação ou da tese, em que se acentue também a orientação no campo da bibliografia.

Estas são algumas das idéias que nos surgiram e que informam a criação, instalação e o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação ao nível do Mestrado ou do Doutorado.

Mas, nesta altura, surge um problema tão grave quanto básico: o das condições e das possibilidades de instalação dos cursos. Duas idéias têm norteado os interessados, no que tange às Faculdades da rede estadual de ensino. A primeira consiste no estabelecimento de convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília e a Universidade de São Paulo. A segunda, na associação de várias Faculdades de Filosofia, de uma determinada região, conjugando esforços de pessoal, de recursos de material de consulta e de pesquisa. Assim, poder-se-ia organizar equipes de professores que ministrassem cursos de Pós-Graduação, nesta associação de Faculdade, de caráter regional. No primeiro caso, e mesmo no segundo, o mais prático seria pensar no deslocamento de professores e evitar-se o desolcamento de alunos. Se se tratar de Faculdades próximas, também a segunda hipótese poderia ocorrer.

Até o momento, são estas nossas idéias iniciais sobre o problemático curso de Pós-Graduação, que adquire cada vez maior importância no âmbito do ensino superior.



Abertura do Seminário (da esquerda para a direita): Dr. Paulo A. Frenkel, Professor-Chefe do Departamento Prof. Sílvio Pereira Guimarães, do Delegacia Regional de Ensino de Marília; Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira França, Prof.^a Dra. Olga Panfaleão, Diretores da Faculdade Prof.^a Dra. Angela Vaz Leão, da Universidade Federal de Minas Gerais; Prof. Dr. Paulino Vantreser, da Universidade Federal de Santa Catarina; Prof. João Nunes Miranda, da Delegacia Regional de Ensino de Marília, representando o Secretário da Educação do Estado de São Paulo.



Dr. Paulo A. Froehlich, Professor-Chefe do Dep. de Letras.



Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira Franca



Prof. Dr. Antonio Cândido e Dra. Nelly Novaes Coelho.



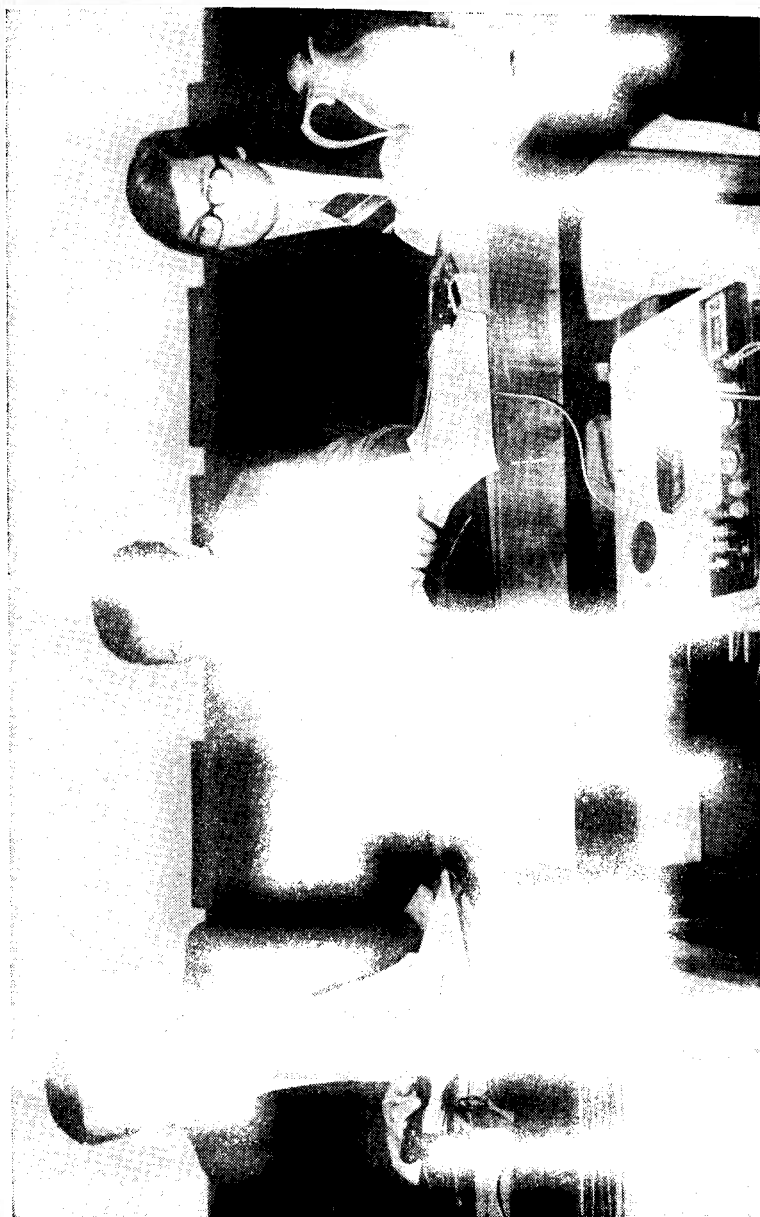
Prof. Dr. Massaud Moisés e Dr. João Décio.



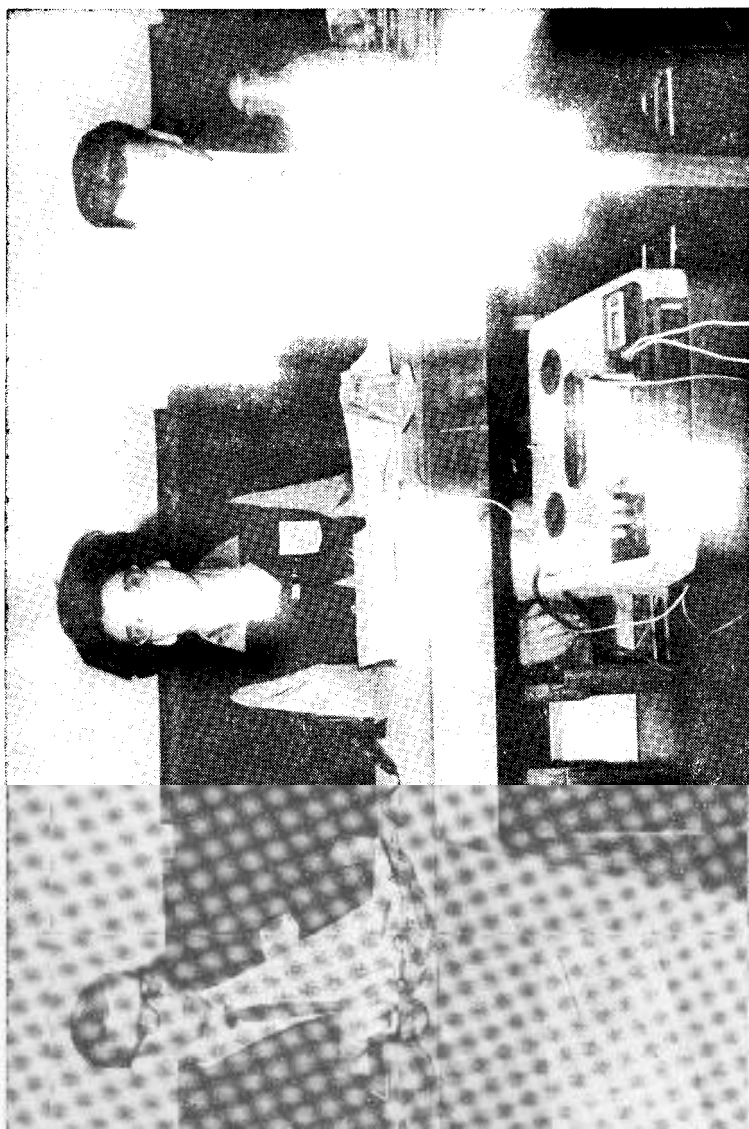
Prof. Dr. Alfredo Bosi e Prof. Osman Lins.



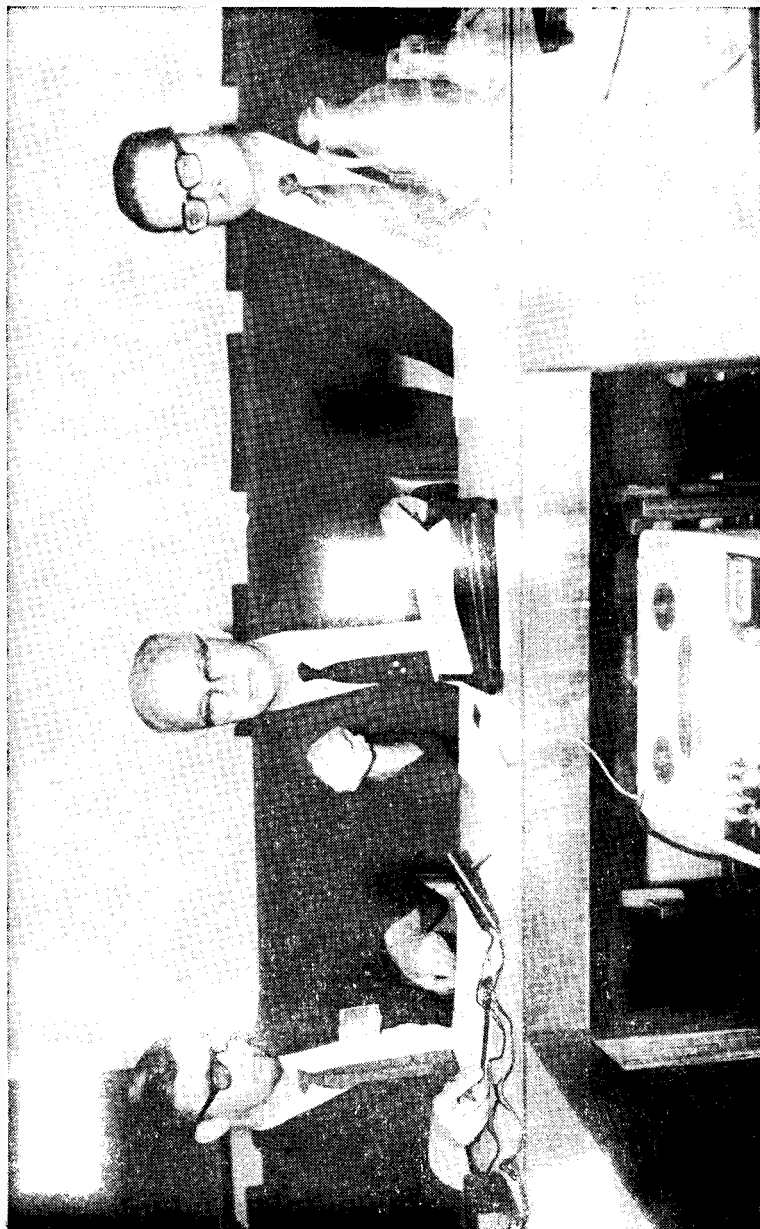
Dra. Martha Steinberg, Prof.^a Silvia Mussi da Silva Claro e Dr. Paulo A. Froehlich.



Drs. Albert Audubert, Robert Daudé e Paulo A. Froehlich.



Paulo A. Froehlich e Dr. Enzo Del Carratore



Drs. Ayrton Dall'Igna Rodrigues, Cidmar T. Pais e Paulo A. Froehlich.



Prof. Dr. Segismundo Spina e Dr. Ataliba T. de Castilho.



Parte da assistência que acompanhou os trabalhos do Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras.



Coral do "Centro de Estudos Germânicos" da FFCL de Marília.